



**XXXIII SIC** SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2021
<b>Local</b>	Virtual
<b>Título</b>	Destinação de terras públicas e demarcação de AEIS para fins de habitação social em Porto Alegre
<b>Autor</b>	LARISSA CAFRONI
<b>Orientador</b>	LUCAS PIZZOLATTO KONZEN

**Título:** Destinação de terras públicas e demarcação de AEIS para fins de habitação social em Porto Alegre

**Autora:** Larissa Cafroni

**Orientador:** Lucas Pizzolatto Konzen

**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo:** O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) teve seu fim decretado pela promulgação da Lei 14.118/2021, e é nesse contexto que se justifica a presente pesquisa, ainda em andamento. Com o surgimento de uma nova política habitacional e a exclusão da faixa mais baixa estabelecida pelo antigo programa, mostra-se relevante a realização de uma análise do histórico do PMCMV e dos efeitos dos instrumentos utilizados, tendo como foco a demarcação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) nos empreendimentos destinados às famílias da faixa 1. Assim, a pesquisa tem como objetivo responder: a) como se deu o estabelecimento de estratégias para efetivar o PMCMV, faixa 1, modalidade Empresarial/FAR, e combater o problema fundiário em Porto Alegre; e b) quais são os efeitos em termos de inserção da habitação popular produzida na cidade através da demarcação das AEIS. Parte-se das hipóteses de que houve a delimitação de AEIS nas áreas destinadas aos empreendimentos e a destinação de terras públicas para a edificação destes; e que a aplicação do instrumento é insuficiente para garantir uma adequada inserção dos empreendimentos na malha urbana, sendo um fator mais determinante a indicação de áreas de origem pública pelo município. No que tange à metodologia, a pesquisa empírica está sendo realizada através da análise das normativas atinentes ao PMCMV, Plano Diretor, Estatuto da Cidade e AEIS e da coleta de dados junto a órgãos públicos, a fim de mapear os empreendimentos, identificar a origem e localização das terras, bem como verificar quais empreendimentos estão demarcados como AEIS, para, por fim, visando compreender a qualidade da localização, possibilitar o cruzamento da localização dos empreendimentos com outras bases cartográficas públicas buscando indicadores como mobilidade urbana, infraestrutura, acesso à educação e saúde. Como resultado parcial tem-se um mapeamento preliminar dos empreendimentos.